

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO PÚBLICA DE 40.000.000 DE DEBÊNTURES NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE SUBORDINADA, DA BRADESCO LEASING S.A. ARRENDAMENTO MERCANTIL

Pelo presente instrumento particular, as partes abaixo qualificadas,

BRADESCO LEASING S.A. ARRENDAMENTO MERCANTIL, sociedade por ações com sede na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Avenida Alphaville, 1500, Piso 3, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 47.509.120/0001-82 neste ato representada na forma de seu Estatuto Social e doravante denominada simplesmente "Emissora"; e

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A., sociedade com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, 500, bloco 13, Grupo 205, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, nomeada nesta Escritura e nela interveniente de acordo com o disposto na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, alterada pela Lei nº 10.303, de 31 de outubro de 2001 ("Lei das Sociedades por Ações"), para representar, perante a Emissora, a comunhão dos interesses dos debenturistas da presente emissão e doravante denominada simplesmente "Agente Fiduciário";

vêm celebrar o presente "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão Pública de 40.000.000 de Debêntures Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Subordinada, da Bradesco Leasing S.A. Arrendamento Mercantil", doravante designada simplesmente "Escritura", mediante as seguintes cláusulas, condições e características:

1. DA AUTORIZAÇÃO

1.1 A presente Escritura é celebrada com base em deliberação da Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 29 de março de 2005 e da Assembléia Geral Extraordinária realizada em 30 de março de 2005, nos termos do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações.

2. DOS REQUISITOS



2.1 A emissão de debêntures será feita com observância dos seguintes requisitos:

2.1.1 Arquivamento e Publicação das Atas da Assembléia Geral Extraordinária e da Reunião do Conselho de Administração

2.1.1.1 As atas da Assembléia Geral Extraordinária e da Reunião do Conselho de Administração que deliberaram sobre a presente emissão de debêntures ("Emissão") serão devidamente arquivadas na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") e serão publicadas no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no Diário do Comércio, edição nacional de acordo com o disposto no artigo 62, I, da Lei das Sociedades por Ações.

2.1.2 Inscrição da Escritura

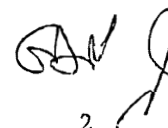
2.1.2.1 A presente Escritura e eventuais aditamentos serão inscritos na JUCESP, de acordo com o disposto no artigo 62, II, da Lei das Sociedades por Ações.

2.1.3 Registro na Comissão de Valores Mobiliários - CVM

2.1.3.1 A Emissão será registrada na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), na forma da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976 e da Lei das Sociedades por Ações e de acordo com a Instrução nº 400/03, de 29 de dezembro de 2003, da CVM ("Instrução 400/03, da CVM"), e com as demais disposições legais e regulamentares pertinentes.

2.1.4 Registro para Distribuição e Negociação

2.1.4.1 As debêntures da presente Emissão ("Debêntures") deverão ser registradas (a) para distribuição no mercado primário no Sistema de Distribuição de Títulos ("SDT"), administrado pela Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro – ANDIMA e operacionalizado pela CETIP - Câmara de Custódia e Liquidação e/ou no sistema de negociação BOVESPA FIX, da Bolsa de Valores de São Paulo ("BOVESPA"), sendo os títulos custodiados na Central Brasileira de Liquidação e Custódia ("CBLC"); e (b) para negociação no mercado secundário no Sistema Nacional de Debêntures ("SND"), administrado pela ANDIMA e operacionalizado pela CETIP; e/ou no sistema de negociação BOVESPA FIX, da BOVESPA, sendo os títulos custodiados na CBLC.


2

2.1.5 Registro na Associação Nacional de Bancos de Investimento - ANBID

2.1.5.1 A Emissão deverá ser elaborada de acordo com o Código de Auto-Regulação da Associação Nacional de Bancos de Investimento ("ANBID") para as Operações de Colocação e Distribuição Pública de Títulos e Valores Mobiliários no Brasil e registrada na ANBID, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da data de concessão do registro da oferta pela CVM.

2.1.6 Programa de Distribuição de Valores Mobiliários da Emissora na CVM

2.1.6.1 A Emissão será realizada no âmbito do Programa de Distribuição de Debêntures não conversíveis em ações da Emissora, o qual tem prazo de duração de 2(dois) anos e limite de R\$10.000.000.000,00 (dez bilhões de reais), aprovado em Reunião do Conselho de Administração da Emissora e Assembleia Geral Extraordinária realizadas em 29 de março de 2005 e 30 de março de 2005, respectivamente, a ser arquivado na CVM, nos termos da Instrução 400/03, da CVM ("Programa").

3. DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

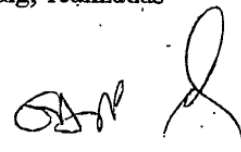
3.1 Objeto Social da Emissora

3.1.1 A Emissora tem como objeto, exclusivamente, a prática de operações de arrendamento mercantil, observadas as disposições da legislação em vigor.

3.2 Número da Emissão

3.2.1 Esta é a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Emissora, sendo a 1ª (primeira) no âmbito do Programa.

3.2.2 No entanto, a Emissora assumiu obrigações referentes às debêntures emitidas pela Bradesco BCN Leasing S.A. Arrendamento Mercantil ("Bradesco BCN Leasing"), companhia por ela incorporada em setembro de 2004. Essas emissões correspondem às 8ª e 9ª emissões da Bradesco BCN Leasing, realizadas em 2001 e 2002, respectivamente.



3.3 Valor Total da Emissão

3.3.1 O valor total da Emissão é de R\$4.000.000.000,00 (quatro bilhões de reais); em série única, na Data de Emissão, conforme definido abaixo, e observado o disposto no item 4.1.3 abaixo.

3.4 Distribuição

3.4.1 A presente Emissão somente será efetivada na hipótese de colocação da totalidade das Debêntures ofertadas.

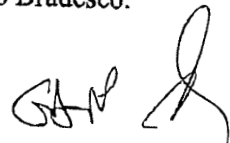
3.4.2 Na hipótese de não colocação da totalidade das Debêntures objeto da Emissão, os valores eventualmente recebidos em contrapartida à subscrição das Debêntures deverão ser integralmente restituídos aos investidores, deduzida a quantia relativa à Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira ("CPMF") e quaisquer outras taxas ou encargos, sem juros ou correção monetária.

3.4.3 Na hipótese prevista no item 3.4.2 acima, a Emissora deverá publicar aviso na forma prevista no item 4.9.1 abaixo, comunicando a não efetivação da Emissão, se for o caso, e divulgando data e procedimento para a restituição dos valores recebidos em contrapartida à subscrição das Debêntures, na forma do referido item acima.

3.5 Destinação dos Recursos

3.5.1 Os recursos obtidos por meio da presente Emissão serão destinados:

- i) ao lastro para a realização de novas operações de arrendamento mercantil, de acordo com a demanda do mercado por operações dessa natureza;
- ii) ao alongamento de planos de operações de arrendamento mercantil ofertados aos clientes da Emissora; e
- iii) ao reforço de caixa da Companhia, com intuito de preservar sua liquidez, por meio da aplicação em títulos públicos federais, títulos privados e Certificados de Depósito Interfinanceiro (CDI), inclusive de emissão do Banco Bradesco.



3.5.2 A Emissora não utilizará os recursos captados com a Oferta para pagamento de dívidas.

3.6 Forma e Procedimento de Colocação

3.6.1 As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob regime de melhores esforços com intermediação do Banco Bradesco S.A., instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, através do SDT, administrado pela ANDIMA e operacionalizado pela CETIP e/ou pelo sistema de negociação BOVESPA FIX, da BOVESPA, sendo os títulos custodiados na CBLIC, com tratamento justo e equitativo para todos os destinatários e aceitantes da oferta, sem recebimento de reservas antecipadas. A oferta será destinada exclusivamente a investidores qualificados, conforme definidos no artigo 109 da Instrução nº 409, de 18 de agosto de 2004, da CVM, e alterações posteriores.

3.6.2 A colocação das Debêntures somente terá início após: (a) a obtenção do registro da Emissão na CVM; (b) a publicação do anúncio de início de distribuição, que deverá ocorrer em até 90 (noventa) dias contados da data de concessão do referido registro pela CVM; e (c) a disponibilidade do prospecto definitivo e do suplemento definitivo para os investidores. A colocação das Debêntures deverá ser efetuada até o período máximo de 6 (seis) meses, a contar da data da publicação do anúncio de início de distribuição.

3.7 Banco Mandatário

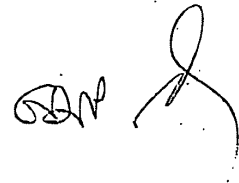
3.7.1 O Banco Bradesco S.A. será o Banco Mandatário da Emissora.

3.7.2 O Banco Mandatário será responsável por operacionalizar o pagamento e a liquidação dos Juros Remuneratórios (conforme definido no item 4.3.1 abaixo) e de quaisquer outros valores devidos pela Emissora relacionados às Debêntures.

3.8 Instituição Depositária

3.8.1 O Banco Bradesco S.A. será a Instituição Depositária das Debêntures desta Emissão.

3.9 Banco Escriturador



3.9.1 O Banco Bradesco S.A. será o Banco Escriturador das Debêntures desta Emissão.

3.10 Alteração das Circunstâncias, Revogação e Modificação

3.10.1 A Emissora, a critério da instituição intermediária líder da distribuição das Debêntures, poderá solicitar modificação ou revogação da oferta perante a CVM na hipótese de alteração substancial, posterior e imprevisível nas circunstâncias de fato existentes quando da apresentação do pedido de registro da Emissão perante a CVM, ou que o fundamentem, acarretando aumento relevante dos riscos assumidos pela Emissora e inerentes à própria oferta.

3.10.2 É sempre permitida a modificação da oferta para melhorá-la em favor dos debenturistas ou para renúncia à condição da Emissão estabelecida pela Emissora.

3.10.3 A revogação torna ineficazes a oferta e os atos de aceitação anteriores ou posteriores, devendo ser restituídos integralmente aos aceitantes os valores, bens ou direitos dados em contrapartida às Debêntures ofertadas, na forma e condições previstas no suplemento ao prospecto da Emissão deduzida a quantia relativa à CPMF ou quaisquer outras taxas ou encargos, sem juros ou correção monetária.

3.10.4 Os investidores que já tiverem aderido à oferta deverão ser comunicados diretamente a respeito da modificação efetuada, para que confirmem, no prazo de 5 (cinco) dias úteis do recebimento da comunicação, através de correspondência protocolada na sede da Emissora, na forma prevista no item 4.9.2 abaixo, o interesse em manter a aceitação da oferta, presumida a intenção de manutenção da mesma na hipótese de silêncio.

3.10.5 Na hipótese de o debenturista manifestar a intenção de revogar sua aceitação à presente Emissão, terá direito à restituição integral dos valores dados em contrapartida à aceitação da oferta, na forma e condições que deverão estar previstas no suplemento ao prospecto da Emissão, deduzida a quantia relativa à CPMF e quaisquer outras taxas ou encargos, sem juros ou correção monetária.

3.10.6 Na hipótese do item 3.10.1 acima, deverá ser elaborado aditivo à presente Escritura para consolidar as novas características e condições das Debêntures, sendo que a modificação dos termos da Emissão deverá ser divulgada ampla e imediatamente nos termos do item 4.9.1 abaixo e as instituições intermediárias deverão se acautelar e se certificar, no momento do recebimento das



aceitações da oferta, de que o manifestante está ciente, de que a oferta original foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições da Emissão.

4. DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1 Características Básicas

4.1.1 Valor Nominal Unitário

4.1.1.1 O valor nominal unitário das Debêntures, na Data de Emissão, será de R\$100,00 (cem reais) ("Valor Nominal Unitário").

4.1.2 Número de Séries

4.1.2.1 A Emissão será em série única.

4.1.3 Quantidade de Debêntures

4.1.3.1 Serão emitidas 40.000.000 (quarenta milhões) de Debêntures, observado o disposto no item 4.1.3.2 abaixo.

4.1.3.2 Nos termos do artigo 14, § 2º, da Instrução nº 400/03, da CVM, a quantidade de Debêntures a serem distribuídas poderá, a critério da Emissora e sem a necessidade de novo pedido à CVM ou modificação dos termos desta Escritura, ser aumentada até um montante que não exceda 20% da quantidade de Debêntures inicialmente ofertada ("Debêntures Adicionais"). Será mantido preço único para a subscrição das Debêntures Adicionais, nos termos do item 4.5.2 abaixo.

4.1.3.2.1 A eventual colocação de Debêntures Adicionais deverá ser deliberada pela Assembléia Geral ou pelo Conselho de Administração da Emissora, se for o caso, e amplamente divulgada na forma no item 4.9.1 abaixo.

4.1.4 Data de Emissão

4.1.4.1 Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 1º de fevereiro de 2005 ("Data de Emissão").

4.1.5 Prazo e Data de Vencimento



4.1.5.1 As Debêntures terão prazo de vigência de 20 (vinte) anos, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 1º de fevereiro de 2025 ("Data de Vencimento"), ocasião em que a Emissora se obriga a proceder ao pagamento das Debêntures que ainda estejam em circulação pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescidos juros remuneratórios devidos, calculados conforme o item 4.3 abaixo.

4.1.6 *Certificados de Debêntures*

4.1.6.1 As Debêntures serão emitidas na forma nominativa escritural, não havendo emissão de certificados de debêntures.

4.1.6.2 Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da respectiva conta de depósito das Debêntures, aberta em nome de cada debenturista, emitido pela Instituição Depositária.

4.1.6.3 Adicionalmente, (i) será expedido pelo SND "Relatório de Posição de Ativos", acompanhado de extrato, em nome do debenturista, emitido pela instituição financeira responsável pela custódia das Debêntures quando depositadas no SND; e/ou (ii) será expedido pela CBLC extrato de custódia em nome do debenturista, quando as Debêntures estiverem depositadas na CBLC.

4.1.7 *Conversibilidade*

4.1.7.1 As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações da Emissora.

4.1.8 *Espécie*

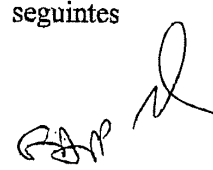
4.1.8.1 As Debêntures serão da espécie subordinada aos demais credores da Emissora, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações.

4.2 **Atualização do Valor Nominal**

4.2.1 Não haverá atualização do Valor Nominal Unitário das Debêntures.

4.3 **Juros Remuneratórios**

4.3.1 As Debêntures serão remuneradas de acordo com as seguintes condições:



4.3.1.1 As Debêntures renderão juros correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros - DI de um dia, Extra-Grupo ("Taxas DI"), expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas pela CETIP, incidente sobre o valor nominal da Debênture, *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão até a data do seu efetivo pagamento ("Juros Remuneratórios").

4.3.1.2.1: Os Juros Remuneratórios serão pagos na Data de Vencimento das Debêntures, para o primeiro período de vigência dos Juros Remuneratórios.

4.3.1.3. Os Juros Remuneratórios deverão ser calculados de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorDI - 1), \text{ onde:}$$

"J" corresponde ao valor unitário dos juros flutuantes, acumulado no período, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento, devidos na Data de Vencimento das Debêntures.

"VNe" corresponde ao valor nominal de emissão da Debênture, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento.

"Fator DI" corresponde ao produtório das Taxas DI com uso de percentual aplicado, da Data de Emissão, inclusive, até a data de cálculo exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$Fator DI = \prod_{k=1}^n \left(1 + TDI_k \times \frac{p}{100} \right), \text{ onde}$$

"n" corresponde ao número total de Taxas DI consideradas na atualização do ativo, sendo "n" um número inteiro.

"p" = 100,00 (cem).

"TDI_k" corresponde à Taxa DI, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1, \text{ onde:}$$

Handwritten signature and initials

“DI_k” corresponde à Taxa DI divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais.

4.3.1.4. Para efeito dos cálculos previstos no item anterior:

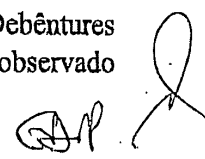
- i) o fator resultante da expressão $\left(1 + \text{TDI}_k \times \frac{p}{100}\right)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento;
- ii) efetua-se o produtório dos fatores diários $\left(1 + \text{TDI}_k \times \frac{p}{100}\right)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado; e
- iii) uma vez o Fator DI estando acumulado, considera-se o fator resultante com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

4.3.1.5. A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo.

4.3.1.6 No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto pelos debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI.

4.3.1.7 Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 5 (cinco) dias após esta data, ou, ainda, no caso de sua extinção ou por imposição legal, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas para definir, de comum acordo com a Emissora, o parâmetro a ser aplicado. Até a deliberação desse parâmetro, será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta cláusula, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida, acrescida do *spread*, se houver, até a data da deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas.

4.3.1.8. Em referida Assembleia Geral de Debenturistas, os titulares de Debêntures representando pelo menos 66% (sessenta e seis por cento) do total das Debêntures em circulação e a Emissora decidirão o novo parâmetro de remuneração, observado



o disposto no item 4.3.1.9. a seguir ou, em não havendo acordo sobre o novo parâmetro, a Emissora estará obrigada a proceder nos termos do item 4.3.1.9(a) abaixo.

4.3.1.8.1. Para os fins do presente instrumento, entende-se por Debêntures em circulação aquelas que não estejam mantidas na tesouraria da Emissora, assim como aquelas não resgatadas, canceladas e/ou liquidadas mediante o pagamento do principal e dos respectivos Juros Remuneratórios. Para fins de quorum de votação em Assembléia de Debenturistas, não deverão ser consideradas como debêntures em circulação aquelas de titularidade direta ou indireta de controladas da Emissora ou de seus controladores, diretores ou membros do Conselho de Administração da Emissora.

4.3.1.9. Após ser definido o novo parâmetro, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas estabelecidas nas alíneas (a) a (c) abaixo, obrigando-se a comunicar por escrito ao Agente Fiduciário, no prazo de 15 (quinze) dias contados a partir da data da realização da respectiva Assembléia Geral de Debenturistas, qual a alternativa escolhida:

(a) a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures em circulação, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da realização da respectiva Assembléia Geral de Debenturistas, pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido dos Juros Remuneratórios devidos até a data do efetivo resgate, calculado *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão. Nesta alternativa, para cálculo dos Juros Remuneratórios aplicáveis às Debêntures a serem resgatadas, será utilizada a última Taxa DI divulgada oficialmente. O resgate ao qual se refere esta Cláusula não será acrescido de prêmio de qualquer natureza, acrescido de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos da Escritura; ou

(b) a Emissora deverá propor novo cronograma de pagamento do Valor Nominal Unitário acrescido dos Juros Remuneratórios, nos termos da Escritura, o qual não excederá a data de repactuação, se houver, ou a Data de Vencimento. Nesta alternativa, durante o cronograma de pagamento das Debêntures, a periodicidade do pagamento dos Juros Remuneratórios continuará sendo aquela estabelecida originalmente, observado que, até a amortização integral das Debêntures, será utilizado o parâmetro de remuneração definido pelos Debenturistas e apresentada à Emissora na referida Assembléia Geral de Debenturistas, ficando desde já estabelecido que será vedado à Emissora



amortizar as Debêntures em outra data que não aquela estabelecida no cronograma apresentado aos debenturistas, ficando a Emissora obrigada a celebrar com o Agente Fiduciário o respectivo aditamento à Escritura; ou

(c) a Emissora deverá manifestar sua aceitação ao novo parâmetro de remuneração e celebrar com o Agente Fiduciário o respectivo aditamento à Escritura, restando inalterados os demais termos e condições da Emissão constantes da Escritura.

(d) caso a alternativa "b" ou a alternativa "c" acima seja escolhida pela Emissora, o respectivo aditamento a esta Escritura deverá ser imediatamente encaminhado à CVM, após sua celebração.

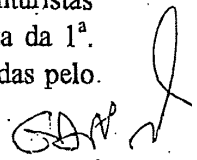
4.4 Repactuação

4.4.1 As Debêntures serão objeto de repactuação de acordo com o cronograma e os procedimentos descritos a seguir. A Emissora reserva-se o direito de repactuar as condições da remuneração aplicáveis às Debêntures, ressalvado que a data da repactuação será 1º de fevereiro de 2010, ao final do prazo de 60 (sessenta) meses a contar da Data de Emissão ("Data da 1ª. Repactuação").

4.4.1.1 O Conselho de Administração da Emissora deverá deliberar e comunicar aos debenturistas com antecedência mínima de 15 (quinze) dias úteis da Data de Repactuação, as condições aplicáveis ao Período de Vigência dos Juros Remuneratórios subsequente (o "Novo Período de Vigência dos Juros Remuneratórios"), incluindo:

- a) a remuneração a vigorar durante o Novo Período de Vigência dos Juros Remuneratórios;
- b) alterar a periodicidade de pagamento dos Juros Remuneratórios durante o Novo Período de Vigência dos Juros Remuneratórios; e
- c) demais datas de repactuação, conforme o caso.

4.4.1.2 As condições fixadas pelo Conselho de Administração da Emissora de acordo com o disposto no item 4.4.1.1. acima serão comunicadas aos debenturistas na forma do item 4.9.1. até o 15º (décimo quinto) dia útil anterior à Data da 1ª. Repactuação. Caso os debenturistas não concordem com as condições fixadas pelo.



Conselho de Administração da Emissora para o Novo Período de Vigência dos Juros Remuneratórios, ou caso tais condições não sejam publicadas pela Emissora, os Debenturistas poderão, entre o 14º (décimo quarto) e o 5º (quinto) dia útil anterior à Data da 1ª. Repactuação, inclusive, manifestar sua opção de exercer o direito de venda das Debêntures, sem prejuízo da possibilidade de ser requerido o vencimento antecipado das Debêntures na hipótese de não publicação das condições aplicáveis às Debêntures durante o Novo Período de Vigência dos Juros Remuneratórios. A manifestação dos debenturistas será realizada por meio da CETIP e/ou do BOVESPA FIX, conforme o caso, ou, tratando-se de debenturistas não vinculados ao sistema CETIP e/ou BOVESPA, por correspondência dirigida à Emissora, sendo certo que somente serão consideradas as manifestações recebidas pela CETIP, pelo BOVESPA FIX ou pela Emissora, conforme o caso, até o 5º (quinto) dia útil anterior à Data da 1ª. Repactuação, inclusive.

4.4.1.3. A Emissora obriga-se a adquirir as Debêntures dos debenturistas que se manifestaram na forma do disposto no item 4.4.1.2., pelo Valor Nominal Unitário acrescido dos Juros Remuneratórios devidos nos termos desta Escritura de Emissão até a data da efetiva aquisição, que deverá ocorrer na data de encerramento do respectivo Período de Vigência dos Juros Remuneratórios. A aquisição a que se refere este item 4.4.1.3. não será acrescida de prêmio de qualquer natureza.

4.5 Subscrição

4.5.1 Prazo de Subscrição

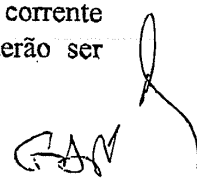
4.5.1.1 As Debêntures poderão ser subscritas a qualquer tempo, dentro do prazo de distribuição pública, conforme o item 3.6.2 acima.

4.5.2 Preço de Subscrição

4.5.2.1 O preço de subscrição das Debêntures será o seu Valor Nominal Unitário, acrescido dos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a data da efetiva subscrição e integralização.

4.5.3 Integralização

4.5.3.1 As Debêntures serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato de subscrição. As Debêntures subscritas somente poderão ser negociadas no mercado secundário após totalmente integralizadas.



4.6 Amortização

4.6.1 Não haverá amortização para as Debêntures.

4.7 Condições de Pagamento

4.7.1 Local de Pagamento

4.7.1.1 Os pagamentos referentes às Debêntures serão efetuados: (i) utilizando-se os procedimentos adotados pelo SND para as Debêntures registradas em negociação nesse sistema e/ou pela CBLC, para as Debêntures registradas para negociação no Bovespa FIX; ou, na hipótese de as Debêntures não estarem custodiadas no SND e/ou na CBLC, (ii) na sede da Emissora; ou, conforme o caso, (iii) por instituição financeira contratada para este fim.

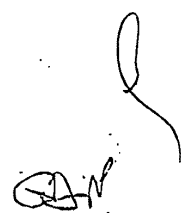
4.7.2 Prorrogação dos Prazos

4.7.2.1 Considerar-se-ão automaticamente prorrogadas as datas de pagamento de qualquer obrigação relativa às Debêntures, pela Emissora, até o primeiro dia útil subsequente, se a data de vencimento da respectiva obrigação coincidir com dia em que não houver expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP e/ou CBLC, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com sábado, domingo ou feriado nacional.

4.7.3 Encargos Moratórios

4.7.3.1 Ocorrendo impontualidade no pagamento de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, os débitos vencidos e não pagos serão acrescidos de juros de mora de 0,5% (cinco décimos por cento) ao mês, calculado *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, bem como de multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

4.7.4 Não Comparecimento dos Debenturistas



4.7.4.1 O não comparecimento do debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura, no prospecto desta Emissão ou em comunicado publicado pela Emissora, inclusive no comunicado previsto no item 3.4.3 acima, se for o caso, não lhe dará direito ao recebimento de remuneração e/ou encargos moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

4.7.5. *Imunidade Tributária*

4.7.5.1 Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontados dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

4.8 **Aquisição Facultativa**

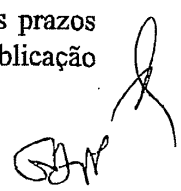
4.8.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir as Debêntures em circulação, por preço não superior ao Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido dos Juros Remuneratórios, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data da efetiva aquisição, observado o disposto no parágrafo 2º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações.

4.8.2. As Debêntures objeto desse procedimento poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da Emissora ou ser colocadas no mercado.

4.9 **Comunicações**

4.9.1 *Publicação na Imprensa*

4.9.1.1 Todos os demais atos e decisões decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos debenturistas, serão publicados no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no Diário do Comércio, edição nacional, conforme estabelecido no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações, podendo publicar, ainda, em outro(s) jornal(is) de grande circulação, observados os prazos legais, devendo a Emissora comunicar o Agente Fiduciário de qualquer publicação na data da sua realização.



4.9.2 Comunicações

4.9.2.1 As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

i) Para a Emissora:

Bradesco Leasing S.A. Arrendamento Mercantil
Cidade de Deus, s/nº, Vila Yara
Osasco - SP
CEP: 06029-900

At.: Sr. José Luiz Acar Pedro
Diretor de Relações com Investidores
Telefone: (11) 3681-4011
Fax: (11) 3684-4630
E-mail: 4000.diretoria@bradesco.com.br

ii) Para o Agente Fiduciário:

Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A
Av. das Américas, 500, bloco 13, Grupo 205, Barra da Tijuca
Rio de Janeiro - RJ
CEP: 22640-100
At.: Sr. Juarez Dias Costa
Departamento Técnico
Telefone: (21) 2493-7003
Fax: (21) 2493-4746
E-mail: agente@olivciratrust.com.br

iii) para o Banco Mandatário e para a Instituição Depositária:

Banco Bradesco S.A.
Cidade de Deus, s/nº, Vila Yara, Prédio Amarelo, 2º andar
Osasco - SP
06029-900
Departamento de Ações e Custódia
Telefone: (11) 3684-4522



Fax: (11) 3684-5645

iv) para o Banco Escriturador das Debêntures

Banco Bradesco S.A.

Cidade de Deus, s/nº, Vila Yara, Prédio Amarelo, 2º andar

Osasco - SP

06029-900

Departamento de Ações e Custódia

Gerência Comercial – Escrituração de Ativos

Telefone: (11) 3684-3749

Fax: (11) 3684-2714

v) para a CETIP:

CETIP - Câmara de Custódia e Liquidação

Av. República do Chile, 230, 11º andar

Rio de Janeiro - RJ

CEP 20031-170

Telefone: (21) 2276-7474

Fax: (21) 2252-4308/2262-5481

ou

Rua Líbero Badaró, 425, 24º andar

São Paulo – SP

CEP 01009-000

Telefone: (11) 3111-1411

Fax: (11) 3115-1664

vi) para a CBLIC:

Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia:

Rua XV de Novembro, 275, 6º andar

São Paulo - SP

CEP: 01014-001

Telefone: (11) 3247-4824

Fax: (11) 3247-5260

4.9.2.2 As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pelo correio ou ainda por telegrama enviado aos endereços acima.

4.9.2.3 As comunicações feitas por fax ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 3 (três) dias úteis após o envio da mensagem.

4.9.2.4 A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada à Emissora, a qual se encarregará de comunicar tal alteração a todas as demais partes.

5. DO RESGATE E VENCIMENTO ANTECIPADO

5.1 Resgate Antecipado

5.1.1 As Debêntures poderão ser resgatadas, a qualquer momento, mediante deliberação do Conselho de Administração da Emissora e publicação de “Aviso aos Debenturistas”, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias da data do resgate antecipado, na forma do item 4.9.1 acima, informando a data e o procedimento de resgate.

5.1.2 O resgate antecipado poderá ser total ou parcial, pelo Valor Nominal Unitário da Debênture, na Data de Emissão, acrescido dos Juros Remuneratórios incidentes, *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a data do pagamento das Debêntures resgatadas.

5.1.3 Na hipótese de deliberação de resgate antecipado parcial, adotar-se-á o critério de sorteio, a ser realizado nos termos da Lei das Sociedades por Ações, na presença do Agente Fiduciário e com divulgação pela imprensa, de acordo com o item 4.9.1 acima, inclusive no que concerne às regras do sorteio. O resultado do sorteio para resgate parcial referente às Debêntures registradas no SND, dar-se-á através de operação de compra e venda definitiva, conforme o Regulamento do SND.

5.1.4 As Debêntures resgatadas nos termos aqui previstos deverão ser canceladas pela Emissora.



5.2 Vencimento Antecipado

5.2.1 O Agente Fiduciário, independentemente de aviso, interpelação ou notificação extrajudicial, poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes desta Escritura e exigir da Emissora o pagamento integral do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação, acrescido dos Juros Remuneratórios devidos, *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão, até a data do pagamento das Debêntures declaradas vencidas, nas seguintes hipóteses:

- i) intervenção na Emissora;
- ii) liquidação, declaração de falência da Emissora ou pedido de recuperação judicial formulado pela Emissora;
- iii) pagamento de dividendos pela Emissora, observado o disposto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, ou, por qualquer forma, distribuição pela Emissora de todo ou parte de seu resultado, mesmo para pagamento de debêntures com participação nos lucros, se a Emissora estiver em mora em relação ao pagamento de quaisquer valores devidos aos debenturistas, relativos às Debêntures objeto desta Emissão; e
- iv) falta de cumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão, não sanada no prazo de 30 (trinta) dias contados do aviso escrito que lhe for enviado pelo Agente Fiduciário.

5.2.2 A ocorrência do evento indicado no subitem (ii) acima acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer consulta aos Debenturistas.

5.2.3 Na ocorrência de qualquer dos eventos indicados nos subitens (i), (iii) e (iv) supra, o Agente Fiduciário deverá convocar, dentro de 48 (quarenta e oito) horas da data em que tomar conhecimento da ocorrência de qualquer dos referidos eventos, Assembléia Geral de Debenturistas para deliberar sobre a declaração do vencimento antecipado das Debêntures, observado o procedimento de convocação previsto na Cláusula 8 abaixo e o quorum específico para as deliberações estabelecido no item 5.2.4 abaixo.

5.2.4 A Assembléia Geral de Debenturistas a que se refere o item 5.2.3 anterior poderá, por deliberação de 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures



em circulação, determinar que o Agente Fiduciário não declare o vencimento antecipado das Debêntures, observado o disposto nos itens 7.5 e 7.6 abaixo.

5.2.5 Na ocorrência da declaração do vencimento antecipado das Debêntures, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário, acrescido dos Juros Remuneratórios (e, no caso do subitem (iv) do item 5.2.1 acima, dos encargos moratórios, calculados a partir da data em que tais pagamentos deveriam ter sido efetuados), calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data do seu efetivo pagamento e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, em até 5 (cinco) dias úteis contados de comunicação neste sentido, a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora no endereço constante do item 4.9.2 acima, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos encargos moratórios.

5.2.6 Para fins do subitem (ii) do item 5.2.1 acima, será considerado como pedido de recuperação judicial ou decretação de falência qualquer procedimento extra-judicial ou judicial análogo previsto na legislação que venha a substituir ou complementar a atual legislação sobre falência e recuperação judicial.

6. DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA


6.1 A Emissora adicionalmente se obriga a:

- i) fornecer ao Agente Fiduciário os seguintes documentos e informações:
 - a) dentro de, no máximo, 60 (sessenta) dias após o término do primeiro semestre de cada exercício social, cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo semestre social, acompanhada (1) de parecer dos auditores independentes e (2) declaração do Diretor de Relações com Investidores da Emissora de que está em dia no cumprimento de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura;
 - b) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, (1) cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores independentes, (2) declaração do Diretor de Relações com Investidores de que está em dia no cumprimento de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura;

GAR


bem como (3) cópia de qualquer comunicação feita pelos auditores independentes à Emissora, ou à sua administração e respectivas respostas, com referência ao sistema de contabilidade, gestão ou contas da Emissora;

- c) as informações pertinentes à Instrução nº 202, de 6 de dezembro de 1993, da CVM, fornecidas com a mesma periodicidade do envio dessas informações à CVM;
 - d) com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis, notificação da convocação de qualquer Assembleia Geral e, prontamente, fornecer cópias de todas as atas de todas as Assembleias Gerais, bem como a data e ordem do dia da Assembleia a se realizar e de todas as reuniões do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal;
 - e) na mesma data de suas publicações, os atos e decisões referidos no item 4.9.1 acima;
 - f) imediatamente, qualquer informação relevante para a presente Emissão que lhe venha a ser solicitada;
 - g) cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial ou extrajudicial recebida pela Emissora, imediatamente após o seu recebimento;
 - h) caso solicitados, os comprovantes de cumprimento de suas obrigações perante os debenturistas no prazo de até 5 (cinco) dias contados da respectiva Data de Vencimento;
 - i) informações a respeito de qualquer dos eventos indicados no item 5.2 acima imediatamente após a sua ocorrência;
- ii) proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras, nos termos exigidos pela legislação em vigor;
- iii) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;



- iv) convocar assembleia geral de debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão, nos termos da cláusula 8 desta Escritura, caso o Agente Fiduciário não o faça;
- v) cumprir todas as determinações da CVM, com o envio de documentos e prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas;
- vi) submeter, na forma da lei, suas contas e balanços a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM;
- vii) manter sempre atualizado o registro de companhia aberta na CVM e fornecer aos seus acionistas e debenturistas as demonstrações financeiras elaboradas e aprovadas, previstas no artigo 176 da Lei nº das Sociedades por Ações, quando solicitado;
- viii) manter em adequado funcionamento órgão para atender, de forma eficiente, aos debenturistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
- ix) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- x) notificar o Agente Fiduciário sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão das atividades da Emissora;
- xi) cumprir, em todos os aspectos, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realizar negócios ou possua ativos; e
- xii) submeter, anualmente, a presente Emissão à revisão e avaliação pela agência classificadora de risco contratada, disponibilizando ao Agente Fiduciário e à CVM cópia dos relatórios que vierem a ser emitidos, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data de seu recebimento.

7. DO AGENTE FIDUCIÁRIO



7.1 A Emissora constitui e nomeia Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A, acima qualificada, como Agente Fiduciário desta Emissão, que expressamente aceita a nomeação para, nos termos da legislação e da presente Escritura, representar a comunhão de titulares das Debêntures perante a Emissora.

7.2 O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura, declara, sob as penas da lei:

- i) não ter qualquer impedimento legal, conforme artigo 66, § 3º, da Lei das Sociedades por Ações, e o artigo 10 da Instrução nº 28, de 23 de novembro de 1983, da CVM, para exercer a função que lhe é conferida;
- ii) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- iii) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM n.º 28/1983;
- iv) não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- v) conhecer e aceitar integralmente a presente Escritura e todas as suas cláusulas e condições; e
- vi) estar ciente dos termos da Circular nº 1.832, de 31 de outubro de 1990, do Banco Central do Brasil.

7.2.1 A Emissora, por sua vez, declara não ter qualquer ligação com o Agente Fiduciário que o impeça de exercer, plenamente, suas funções.

7.3 Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação, falência ou qualquer outro motivo de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, assembléia geral de debenturistas para a escolha de novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação, ou pela CVM.

GAN

7.3.1 Na hipótese da convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias antes do término do prazo referido no item 7.3 acima, caberá à Emissora efetuar a convocação.

7.3.2 A CVM poderá nomear substituto provisório para o Agente Fiduciário na hipótese de vacância.

7.3.3 Na hipótese de o Agente Fiduciário não poder continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos debenturistas, solicitando sua substituição.

7.3.4 É facultado aos debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu eventual substituto, em assembléia especialmente convocada para esse fim.

7.3.5 A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 7º e seguintes da Instrução nº 28/83, da CVM, e eventuais normas posteriores.

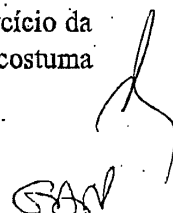
7.3.6 A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura, que deverá ser averbado na JUCESP, onde será inscrita a presente Escritura, e posteriormente encaminhado à CVM.

7.3.7 O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data de celebração da presente Escritura ou, na hipótese de agente fiduciário substituto, de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a sua efetiva substituição ou cumprimento de todas as suas obrigações sob esta Escritura e a legislação em vigor.

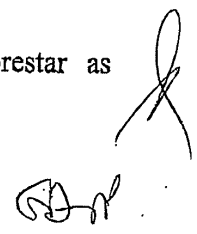
7.3.8 Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos da CVM.

7.4 Além de outros previstos em lei ou em ato normativo da CVM, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- i) proteger os direitos e interesses dos debenturistas, aplicando no exercício da função o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios bens;

Handwritten signature and initials, possibly "GAV", with a large flourish above it.

- ii) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- iii) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- iv) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- v) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura e respectivos aditamentos na JUCESP, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- vi) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- vii) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- viii) solicitar, quando julgar necessário para o fiel cumprimento de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das varas da Fazenda Pública, cartórios de protesto, juntas de conciliação e julgamento, das varas da Justiça Federal, varas trabalhistas e procuradoria da Fazenda Pública da localidade da sede da Emissora;
- ix) solicitar, às expensas da Emissora, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora;
- x) convocar, quando necessário, assembléia geral de debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações;
- xi) comparecer à assembléia geral de debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;



- xii) elaborar relatório destinado aos debenturistas, nos termos do artigo 68, § 1º, b, da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
- a) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - b) alterações estatutárias ocorridas no período;
 - c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;
 - d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - e) resgate e pagamento de Juros Remuneratórios das Debêntures realizado no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - f) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão, de acordo com os dados obtidos perante os administradores da Emissora;
 - g) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
 - h) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura;
 - i) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;
- xiii) colocar o relatório de que trata o item 7.4 (xii) acima à disposição dos debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
- a) na sede da Emissora;

- b) no seu escritório ou em local indicado pelo Agente Fiduciário;
 - c) na CVM;
 - d) na instituição que liderou a colocação das Debêntures;
 - e) na CETIP e na CBLC.
- xiv) publicar, nos órgãos da imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos debenturistas que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados no item 7.4 (xiii) acima;
- xv) manter atualizada a relação dos debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações à Emissora, ao Banco Mandatário à CETIP e/ou à CBLC;
- xvi) coordenar o sorteio das Debêntures a serem resgatadas antecipadamente, se for o caso;
- xvii) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer;
- xviii) notificar os debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados mais esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada:
- a) à CVM;
 - b) à CETIP e à CBLC;
 - c) ao Banco Central do Brasil.

7.5 O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

SDN

- i) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios nas condições acima especificadas;
- ii) requerer a falência da Emissora;
- iii) tomar quaisquer providências necessárias para a realização dos créditos dos debenturistas; e
- iv) representar os debenturistas em processo de falência, recuperação judicial, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora.

7.6 O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nos subitens 7.5 (i) a 7.5 (iii) acima se, convocada a assembléia geral de debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade das Debêntures em circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em circulação quando tal hipótese se referir ao disposto no subitem 7.5 (iv) acima.

7.7 Será devida ao Agente Fiduciário, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação em vigor e desta Escritura, a seguinte remuneração:

- i) parcelas trimestrais de R\$ 5.250,00 (cinco mil e duzentos e cinquenta reais), sendo devida a primeira quando da assinatura da presente Escritura e as demais nos trimestres subsequentes, sendo que a primeira parcela trimestral será no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), devido ao desconto da parcela única do item 7.7 (ii) abaixo;
- ii) parcela única de R\$ 2.250,00 (dois mil, duzentos e cinquenta reais), a título de implantação da operação, devida quando da aceitação da proposta, a ser paga no dia 25 (vinte e cinco) de fevereiro de 2005;
- iii) a remuneração será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora;
- iv) a remuneração compreende a elaboração de um relatório anual, na forma estipulada na Instrução nº 28/83, da CVM;




- v) não estão incluídas as eventuais despesas relativas a viagens, estadias e publicações necessárias ao exercício das atribuições do Agente Fiduciário, que deverão ser reembolsadas nos termos do item 7.8.5 abaixo; e
- vi) os impostos e contribuições incidentes sobre os honorários (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF, Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins e contribuição para o Programa de Integração Social - PIS) serão acrescidos à remuneração às alíquotas vigentes na data dos pagamentos.

7.7.1 Na hipótese de ocorrer o cancelamento ou o resgate da totalidade das Debêntures em circulação, o Agente Fiduciário fará jus somente à remuneração calculada *pro rata temporis* pelo período da efetiva prestação dos serviços, devendo restituir à Emissora a diferença entre a remuneração recebida e aquela a que fez jus.

7.7.2 O pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante crédito na conta corrente mantida no Banco Bradesco S/A, nº 700-5, agência nº 2766 – Downtown, ou através de pagamento de boleto bancário emitido pelo Agente Fiduciário em face da Emissora.

7.7.3 A remuneração devida ao Agente Fiduciário nos termos do item 7.7 acima será atualizada anualmente com base na variação percentual acumulada do Índice Geral de Preços de Mercado, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas ("IGP-M/FGV"), ou na sua falta, pelo mesmo índice que vier a substituí-lo, a partir de 1º de fevereiro de 2004.

7.7.4 Fica estabelecido que, na hipótese de vir a ocorrer a substituição do Agente Fiduciário, o substituído deverá repassar a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a data de pagamento da remuneração até a data da efetiva substituição, ao agente fiduciário substituto, como forma de remuneração dos serviços a serem por ele prestados. O agente fiduciário substituto fará jus à mesma remuneração devida ao Agente Fiduciário, calculada proporcionalmente ao tempo de prestação de serviço restante, exceto se deliberado de forma diversa pela assembléia geral de debenturistas nos termos da cláusula 8 abaixo.

7.8 A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas em que tenha, comprovadamente, incorrido para proteger os direitos e interesses dos debenturistas ou para realizar seus créditos.

7.8.1 O ressarcimento a que se refere o item 7.8 acima será efetuado imediatamente após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora.

7.8.2 No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora.

7.8.3 Tais despesas a serem adiantadas pelos debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos debenturistas.

7.8.4 As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

7.8.5 As despesas a que se refere o item 7.8 compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

- i) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- ii) extração de certidões;
- iii) locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções;



- iv) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos debenturistas.

7.8.6 O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos debenturistas que não tenha sido saldado na forma ora estabelecida será acrescido à dívida da Emissora e terá preferência sobre as Debêntures na ordem de pagamento.

8. DA ASSEMBLÉIA GERAL DE DEBENTURISTAS

8.1 Os titulares de Debêntures poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembléia geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos debenturistas.

8.2 Aplica-se à assembléia de debenturistas, no que couber, além do disposto na presente Escritura, o disposto na Lei das Sociedades por Ações sobre assembléia de acionistas.

8.3 A assembléia geral de debenturistas pode ser convocada (i) pelo Agente Fiduciário; (ii) pela Emissora; (iii) por debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação; ou (iv) pela CVM.

8.4 A assembléia geral de debenturistas se instalará, em primeira convocação, com a presença de debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de debenturistas.

8.5 Serão excluídas do quorum de instalação, as Debêntures que se encontrarem em tesouraria da Emissora, ou de titularidade direta ou indireta de controladas da Emissora ou de seus controladores, diretores ou membros do Conselho de Administração da Emissora..

8.6 Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas assembléias dos debenturistas.

8.7 O Agente Fiduciário deverá comparecer à assembléia e prestar aos debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.




8.8 A presidência da assembléia caberá ao debenturista eleito pelos titulares das Debêntures ou àquele que for designado pela CVM.

8.9 Nas deliberações da assembléia, a cada Debênture caberá um voto. As deliberações serão tomadas pela maioria dos presentes, exceto quando de outra forma prevista nesta Escritura e na hipótese de modificação das condições das Debêntures, que deverá ser deliberada por debenturistas que representem 80% (oitenta por cento) dos títulos em circulação.

9. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DO AGENTE FIDUCIÁRIO

9.1 O Agente Fiduciário declara e garante à Emissora que:

- i) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- ii) a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- iii) esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida e vinculante do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- iv) as pessoas que a representam na assinatura desta Escritura têm poderes bastantes para tanto; e
- v) verificou, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que fossem sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tivesse conhecimento.

10. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA

10.1 A Emissora declara e garante ao Agente Fiduciário que:

- i) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e a cumprir com todas as obrigações previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;



- ii) a celebração desta Escritura e o cumprimento das obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora;
- iii) é uma sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade anônima de capital aberto de acordo com as leis brasileiras, bem como está devidamente autorizada a desempenhar a atividade descrita em seu objeto social;
- iv) as pessoas que a representam na assinatura desta Escritura têm poderes bastantes para tanto;
- v) os termos desta Escritura não contrariam qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa ou judicial que afete a Emissora, suas controladoras, controladas ou coligadas, diretas ou indiretas, ou quaisquer de seus bens e propriedades;
- vi) esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida e vinculante da Emissora, exeqüível de acordo com os seus termos e condições;
- vii) os prospectos preliminar e final e respectivo suplemento relativo à Emissão conterão, na data de publicação do anúncio de início de distribuição, todas as informações relevantes em relação à Emissora e seus controladores, controladas e coligadas, no contexto da presente Emissão e necessárias para que os investidores e seus consultores tenham condições de fazer uma análise correta dos ativos, passivos, das responsabilidades da Emissora, de sua condição financeira, lucros, perdas e direitos em relação às Debêntures, não contendo declarações falsas ou omissões de fatos relevantes, nas circunstâncias em que essas declarações foram dadas, sendo que tais informações não são enganosas, incorretas ou inverídicas;
- viii) as opiniões e análises expressas no prospecto e respectivo suplemento em relação à Emissora foram dadas honestamente, sendo expressadas após serem consideradas todas as circunstâncias relevantes e com base em suposições razoáveis;
- ix) não há outros fatos em relação à Emissora, suas controladas e coligadas ou às Debêntures cuja omissão, no contexto dessa Emissão, faça com que alguma declaração do prospecto ou do suplemento seja materialmente enganosa, incorreta ou inverídica;



- x) as declarações, informações e fatos descritos no prospecto e no suplemento são verdadeiros, consistentes, suficientes e corretos;
- xi) a celebração da Escritura de Emissão e a colocação das Debêntures não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual a Emissora, controladores, controladas e/ou coligadas sejam partes ou no qual seus bens e propriedades estejam vinculados, nem resultará em: (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos, (ii) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, controladores, controladas e/ou coligadas ou (iii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- xii) as demonstrações financeiras da Emissora de 31 de dezembro de 2004, 31 de dezembro de 2003 e 31 de dezembro de 2002 representam corretamente a posição financeira da Emissora, controladas e/ou coligadas em tais datas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil e refletem corretamente os ativos, passivos e contingências da Emissora de forma consolidada;
- xiii) a Emissora, controladores, controladas e coligadas estão cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios; e
- xiv) exceto pelas contingências informadas no prospecto, não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto adverso relevante na Emissora, controladas ou coligadas, em suas condições financeiras ou em suas atividades, que possam afetar a capacidade da Emissora de cumprir com suas obrigações previstas nesta Escritura.

10.2 A Emissora se compromete a notificar imediatamente os debenturistas e o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba aos debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia ao mesmo, nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

11.2 A presente Escritura é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados no Item 2 supra, obrigando as partes por si e seus sucessores.

11.3 Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituírem a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

12. FORO

12.1 Fica eleito o Foro da Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justas e contratadas, as partes firmam a presente Escritura, em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas.

São Paulo, 31 de março de 2005

Julio de Siqueira Carvalho Araujo

BRADESCO LEASING S.A.
ARRENDAMENTO MERCANTIL

Milton Almicar Silva Vargas



**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA
DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A.**
GUSTAVO DE SOUZA

Testemunhas:

1.

Nome: Osman Roncolato Pinho
RG: 6468.543-SSP-SP

2.

Nome: Amorvaldo Pereira
RG: 5.878.122-SSP-SP

Esta página é parte integrante do "INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO PÚBLICA DE 40.000.000 DE DEBÊNTURES NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE SUBORDINADA, DA BRADESCO LEASING S.A. ARRENDAMENTO MERCANTIL" celebrado entre a Bradesco Leasing S.A. Arrendamento Mercantil e a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., em 31 de março de 2005.